

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – REGIONAL JATAÍ  
ATA Nº. 008/2016/REJ/UFG – CONSELHO GESTOR  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA REGIONAL JATAÍ  
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 2016.

1 Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis às quatorze horas e quatorze minutos  
2 reuniram-se em sessão ordinária, para realização de reunião do Conselho Gestor da Regional Jataí, no  
3 auditório maior do Câmpus Jatobá da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás, sob a presidência do  
4 Prof. Alessandro Martins, Diretor da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás, atendendo à  
5 Convocação N.º 016/2016 (número dezessete de dois mil e dezesseis), previamente expedida. Na  
6 oportunidade compareceram os membros do Conselho Gestor da Regional Jataí: Prof. Américo Nunes da  
7 Silveira Neto, Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias; Prof.<sup>a</sup> Cristiane Souza Borzuk,  
8 Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Humanas e Letras; Prof. Carlos Augusto de Oliveira Diniz,  
9 Subchefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas; Prof. Fernando Paranaíba  
10 Filgueira, Vice-Direção da Regional Jatai/UFG; Prof. Giovanni Cavichioli Petrucelli, Chefe da Unidade  
11 Acadêmica Especial de Ciências Exatas; Prof. Marcos Wagner de Souza Ribeiro, Coordenador de  
12 Administração e Finanças; Técnico Massoiacy Pereira Marques, Representante do Órgão Administrativo  
13 CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico); Prof. Paulo Roberto Rodrigues Meira, Coordenador de  
14 Extensão e Cultura; Prof. Ricardo de Mattos Santa Rita, Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Ciências  
15 Biológicas; Prof.<sup>a</sup> Rosemara Perpétua Lopes, Representante dos Docentes; Prof.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Benite  
16 Ribeiro, Coordenadora de Graduação; Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva, Chefe da Unidade Acadêmica Especial  
17 de Educação; Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Banys, Coordenadora de Pós-Graduação; Prof. William Ferreira da Silva,  
18 Chefe da Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos; Representantes com direito a voz: Prof.  
19 Edésio Fialho dos Reis, Representante ADUFG (Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de  
20 Goiás); Técnico Weuler Borges Santos, Representante do CERCOMP (Centro de Recursos Computacionais).  
21 Registrado o quórum regimental, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciou a reunião  
22 comentando que a pauta não era grande, então a reunião não seria longa. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva  
23 solicitou a inclusão de um ponto de pauta: a realização de uma assembleia para verificar como ficaria a  
24 situação da regional com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional). O Presidente explicou  
25 que foi agendada uma audiência pública para quinta-feira, pois a realização de uma assembleia somente era  
26 possível com a presença do reitor. Comentou ainda que na última reunião do CONSUNI (Conselho  
27 Universitário) ele solicitou a realização de uma assembleia em Jataí para a realização dessa discussão.  
28 Prosseguiu informando que a audiência será realizada com a presença do Prof. Nelson Cardoso do Amaral  
29 (Assessor da Reitoria) e do Prof. Moisés Ferreira da Cunha, da Faculdade de Administração, Ciências  
30 Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás e que já comunicou às representações  
31 sindicais, a alguns discentes, que convidará a Direção do Instituto Federal de Goiás e que a ideia da  
32 audiência era fazer uma integração da sociedade com o assunto. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva falou que

33 gostaria de tirar algum encaminhamento após a audiência para realização de uma assembleia e que na  
34 sequência dessa audiência fosse feito um convite para assembleia. O Presidente solicitou a inserção do ponto  
35 de pauta para que fosse votado o encaminhamento da solicitação da assembleia, assim o Conselho Gestor  
36 encaminharia um documento à reitoria, todos concordaram. O Prof. Edésio Fialho dos Reis comentou sobre a  
37 nota do CONSUNI (Conselho Universitário) sobre a PEC (Proposta de Emenda Constitucional), disse que  
38 seria interessante o encaminhamento para os meios de comunicação, para que isso fosse levado à sociedade.  
39 O Presidente disse que gostaria de incluir isso nos informes, pois quanto a essa discussão sobre a PEC  
40 (Proposta de Emenda Constitucional) foi apresentado no CONSUNI (Conselho Universitário) um estudo que  
41 será replicado aqui na audiência, e fez a observação de que a própria comunidade universitária não estava  
42 informada sobre o assunto. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva sugeriu que aparecesse na pauta a discussão sobre  
43 a nota do CONSUNI (Conselho Universitário) contrária a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) e a  
44 discussão dos impactos dessa proposta na regional, os conselheiros concordaram com a inserção. O  
45 Presidente fez a leitura da nota do CONSUNI (Conselho Universitário): “O Conselho Universitário  
46 (CONSUNI) da Universidade Federal de Goiás (UFG) analisou em profundidade a proposta de Emenda à  
47 Constituição de número 241, a PEC-241, que institui um Novo Regime Fiscal para o país e concluiu que as  
48 consequências de sua implementação serão desastrosas tanto para a educação quanto para a saúde, a  
49 seguridade social, bem como todos os programas sociais que são desenvolvidos no âmbito do Governo  
50 Federal. Porque a PEC 241 estabelece o congelamento dos recursos financeiros previstos no orçamento da  
51 União por vinte anos, uma vez que, a partir do ano de 2017 até 2036, o orçamento de cada ano será definido  
52 como o do ano anterior corrigido pela inflação do período. A premissa básica apresentada para justificar a  
53 proposta da PEC, ou seja, a de que houve grande elevação no volume de recursos financeiros aplicados em  
54 educação, saúde, previdência e assistência social não se sustenta, uma vez que as despesas primárias do  
55 governo se estabilizaram, desde 2005, em valores em torno de 22% do PIB. Uma análise rigorosa do  
56 orçamento da União não poderia, de outra parte, deixar de mencionar o grande volume de recursos  
57 envolvidos em renúncias de receitas (desonerações fiscais, falta de combate a sonegação e baixa tributação  
58 sobre riquezas) e aqueles destinados ao pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas interna e  
59 externa. No texto desta PEC não há nenhuma regra que limite os recursos envolvidos nestas operações.  
60 Simulações realizadas pela Reitoria da UFG mostraram que se as regras estabelecidas pela PEC estivessem  
61 em vigor no período de 1999 a 2015 (apenas 16 anos), a diminuição dos recursos destinados ao conjunto das  
62 universidades federais, a preços de janeiro de 2016, alcançaria o montante de R\$ 196,8 bilhões. Pelas regras  
63 estabelecidas na PEC, as Universidades Federais brasileiras, entre elas a UFG, estarão sujeitas a limitações  
64 orçamentárias que colocarão em risco o pleno desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa,  
65 extensão e inovação. Mais grave, tornará inviável a ampliação de vagas oferecidas em seus cursos, tornando  
66 impossível o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que estipulou atingir,  
67 até o ano de 2024, 33% dos jovens brasileiros com idade de 18 a 24 anos matriculados na educação superior.  
68 Alcançar esta meta equivaleria a quase que dobrar o número de alunos hoje matriculados na educação  
69 superior uma vez que, em 2015, esse percentual era de apenas 17,1%. Não permitir que essa meta se

70 concretize equivale a alijar do ambiente universitário uma significativa parcela de jovens que poderiam se  
71 qualificar como profissionais e como cidadãos, aptos a contribuir para o desenvolvimento do país. Pode-se  
72 concluir também que as demais metas do PNE estarão comprometidas, o que o inviabilizará como um todo,  
73 trazendo sérias consequências também para a Educação Básica. O CONSUNI compreende que o País precisa  
74 reorganizar a sua economia, contudo não concorda que este processo implique em uma maior exclusão  
75 social, uma maior concentração de renda, que já é demasiadamente elevada na sociedade brasileira, e que  
76 restrinja o acesso e permanência de estudantes às Universidades Públicas. O que está em pauta é o Futuro da  
77 Nação, que depende fundamentalmente da educação pública e gratuita que conseguirmos oferecer aos nossos  
78 estudantes. Por isso, o CONSUNI se manifesta contrariamente à aprovação da PEC 241 e conclama toda a  
79 sociedade a se mobilizar contra a retirada de direitos sociais previstos na Constituição”. Em seguida o  
80 Presidente deixou a palavra aberta para discussões. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva disse que viram o cenário  
81 narrado no CONSUNI (Conselho Universitário), mas uma semana depois já viam mais desdobramentos, um  
82 deles era que a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) estava alterando a Lei de Diretrizes Básicas, no  
83 tocante aos cursos de graduação e educação básica. Quanto aos idosos e crianças especiais que ficariam a  
84 cargo do município e a última emenda era que o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) e o PROUNI  
85 (Programa Universidade Para Todos) não serão mexidos, ou seja, vão mexer nas instituições. A Professora  
86 prosseguiu sua fala comentando que há dois anos ela esteve em uma universidade particular e que lá eles  
87 tinham uma pró-reitoria somente para entrar nesses editais. Comentou que no Ministério da Educação as  
88 alterações eram muitas, pois se o governo soltou uma portaria autorizando a redução de alunos e ainda  
89 garantia o FIES (Programa de Financiamento Estudantil) para que os alunos entrassem nas universidades  
90 particulares. Finalizou sua fala dizendo que suas observações eram para mostrar as várias mudanças que  
91 ocorriam paralelas à PEC (Proposta de Emenda Constitucional). O Prof. Ricardo de Mattos Santa Rita falou  
92 que sobre a portaria da redução de vagas, o Pedro Cruz e o Reitor fizeram uma leitura de que isso era  
93 somente para as universidades particulares, em seguida ele comentou sobre o valor recebido para capital,  
94 sobre os 90 % (noventa por cento) da dívida, disse que os cálculos eram feitos a partir da dívida total e a  
95 conta não deveria ser feita dessa forma, mas que tinham que assumir que estava difícil e que o conselho era o  
96 espaço para essa discussão. O Presidente solicitou ao Prof. Marcos Wagner de Souza Ribeiro que fizesse uma  
97 explanação sobre a questão financeira considerando que até 2018 (dois mil e dezoito), a regional continuasse  
98 na Universidade Federal de Goiás, com base na PEC (Proposta de Emenda Constitucional), mantendo-se  
99 dessa forma. O Prof. Marcos Wagner de Souza Ribeiro disse que pensando na PEC (Proposta de Emenda  
100 Constitucional) o montante de recursos no futuro seria cada vez menor, o custeio seria cada vez maiores,  
101 então fazia uma leitura de que isso seria prejudicial para as universidades, com os reajustes com base na  
102 inflação, a avaliação das despesas obrigatórias, então se hoje já estava difícil a liberação dos 10% (dez por  
103 cento) de custeio que faltava e que permitiria manter o pagamento de terceirizados, bolsistas, mas mesmo  
104 com essa liberação já entraria em 2017 (dois mil e dezessete) com dívidas e pensando nas despesas básicas e  
105 fixas mais estas dívidas, seria inviável a manutenção da instituição, isso pensando em curso prazo até 2018  
106 (dois mil e dezoito) e se hoje já existia uma dívida que chegava a trinta milhões e não havia a perspectiva de

107 recursos, então a situação era complicada, a previsão era de um futuro nebuloso. Prosseguiu comentando  
108 sobre a necessidade de discutir com mais profundidade e que assim tentassem fazer uma análise da gestão,  
109 das despesas discricionárias para analisar o que seria daqui a dez anos, disse que a análise feita por ele era  
110 temerosa, pois poderia ocorrer de não terem recursos nem para as despesas básicas. O Presidente disse que  
111 estava claro que manter a estrutura de hoje seria impossível. O Prof. Ricardo de Mattos Santa Rita comentou  
112 que sua maior preocupação era com a revisão dos contratos dos terceirizados, pois hoje já tinham 62%  
113 (sessenta e dois por cento) do orçamento comprometido. O Prof. Carlos Augusto de Oliveira Diniz disse que  
114 achava importante a realização de uma assembleia geral para rever e analisar os processos de divisão da  
115 Universidade Federal de Goiás, pois se já estava difícil tudo junto, então que pensassem se houvesse a  
116 separação, então teria que verificar até que ponto seria benefício ou não. Comentou sobre uma portaria  
117 publicada pelo Ministério da Educação que falava sobre transferência de mantenedora, não era esse o caso da  
118 regional, mas quando isso encontrasse com a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) seria avassalador. O  
119 Presidente disse que durante as discussões surgiu a proposta do Prof. Edésio Fialho dos Reis de divulgação  
120 da nota do CONSUNI (Conselho Universitário) na imprensa, com maior divulgação possível. Prosseguiu  
121 dizendo que conversou com o Prof. Fernando Paranaíba Filgueira e que a presidência apresentava a proposta  
122 de uma moção de apoio à nota do CONSUNI (Conselho Universitário), os conselheiros manifestaram-se de  
123 acordo. Em sequência disse que sobre a assembleia necessitava da presença do reitor e que encaminharia o  
124 convite do Conselho Gestor. Comentou mais uma vez sobre a audiência pública que será realizada na terça-  
125 feira, das 14 (quatorze) horas às 17 (dezesete) horas no pátio da Riachuelo. Explicou que não poderia  
126 dispensar aulas no dia da audiência, mas que pedia o auxílio dos professores para que levassem os alunos  
127 para participarem e que isso poderia contar como atividade extraclasse. Em seguida foi colocada em votação  
128 a proposta de uma moção de apoio do Conselho Gestor da Regional Jataí à nota do CONSUNI (Conselho  
129 Universitário) e a solicitação da realização de uma assembleia sobre o assunto na Regional Jataí, a proposta  
130 foi aprovada com o registro a unanimidade dos votos. **Segundo Ponto da Pauta: Apreciação e aprovação**  
131 **da Ata da Reunião Ordinária do dia 24/08/2016.** Após apreciação, não houve solicitação de alterações ou  
132 correções, em seguida em votação, a ata foi aprovada com o registro de 12 (doze) votos favoráveis e 2 (duas)  
133 abstenções. **Terceiro Ponto da Pauta: Processo de interesse da Regional Jataí, apresentando proposta**  
134 **de criação de uma Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) da Universidade Federal**  
135 **de Goiás na Regional Jataí,** relatado pelo Cons. Prof. Américo Nunes da Silveira Neto, o relator falou que o  
136 processo foi retirado da pauta, para que fosse lido e melhor entendido, disse que levou o processo para o  
137 Conselho da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias e que trouxe uma proposta, disse que a  
138 Direção teve acesso ao processo e ontem foi realizada uma reunião e ao final tinham três pontos para  
139 discussão, para deliberação ou não. Prosseguiu dizendo que quando pegou o manual, nada chamou a atenção,  
140 mas quando viu que o Departamento de Transporte fazia parte do CEGEF (Centro de Gestão do Espaço  
141 Físico), isso chamou a atenção, depois o DEPOU (Departamento de Operações Urbanas) também chamou a  
142 atenção, por cuidar das áreas verdes, campo, máquinas agrícolas entre outras atividades e que o CEGEF  
143 (Centro de Gestão do Espaço Físico) seria responsável pela administração contemplando tudo isso nesse

144 órgão. Prosseguiu dizendo que de posse da leitura do manual de atribuições ele foi para a origem para  
145 entender o que era o CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) na instituição, e percebeu que esse órgão  
146 foi criado pela resolução 0001/1998 (um de mil novecentos e noventa e oito), então ele fez a leitura do artigo  
147 segundo, parágrafo único e artigo terceiro, incisos um a sete: “Art. 2º - O Centro de Gestão do Espaço Físico  
148 da UFG tem por objetivos coordenar, administrar, planejar, executar e manter os espaços físicos, construídos  
149 ou não, de toda da Universidade. Parágrafo Único - São atribuições do Centro de Gestão do Espaço Físico: a)  
150 O planejamento físico e os projetos dos edifícios e espaços externos; b) o projeto, a administração e a  
151 execução das obras e serviços de engenharia; c) a execução, a supervisão, o controle e a fiscalização da  
152 conservação, manutenção, limpeza e recuperação dos edifícios e de sua infra-estrutura; d) a urbanização e  
153 manutenção dos espaços, acessos, parques e jardins e dos logradouros; e) a segurança patrimonial dos  
154 edifícios e seus espaços externos; f) a confecção, manutenção e recuperação de móveis, de componentes  
155 metálicos e de madeira; g) controlar e administrar os contratos, compras e pagamentos referentes as obras,  
156 materiais e serviços sob sua responsabilidade. Art. 3º - O Centro de Gestão do Espaço Físico terá a seguinte  
157 estrutura organizacional: 1 - Direção Geral 1.1 Secretaria Administrativa 1.2 Comissão de Licitação e  
158 Contratos 2 - Conselho Consultivo 3 - Gerência de Planejamento e Projetos 4 - Gerência de Construção e  
159 Manutenção 4.1 Seção de Manutenção dos Campi Colemar Natal e Silva e Interior; 4.2 Seção de  
160 Manutenção Campus Samambaia 5 - Gerência Administrativa e Financeira 5.1 Seção de Contabilidade e  
161 Finanças 5.2 Seção de Compras 5.3 Comissão de Licitação e Contratos 6 - Gerência de Paisagismo 6.1 Seção  
162 de paisagismo dos Campi Colemar Natal e Silva e Interior; 6.2 Seção de paisagismo do Campus Samambaia  
163 7 - Gerência de Serviços Gerais 7.1 Seção de Segurança Patrimonial 7.2 Seção de Oficinas.” Após a leitura o  
164 relator comentou que na resolução não aparecia a fazenda e no CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico)  
165 tinha o conselho consultivo, então a sugestão era essa da criação desse conselho, mas hoje a regional já tinha  
166 a comissão do plano diretor. Em seguida ele falou sobre a estrutura organizacional e da composição desta e  
167 comentou que a fazenda dentro do CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) assustou muito, então levou  
168 isso para a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias e assim foi montado outro organograma,  
169 iniciando com o conselho consultivo. Disse que o colegiado da Unidade Acadêmica Especial de Ciências  
170 Agrárias explicitou que o desejo era que essa Unidade Acadêmica Especial assumisse a gestão da fazenda  
171 escola, assim que ocorresse a emancipação, por entender que a fazenda era o laboratório a campo dos alunos  
172 de graduação e pós-graduação dessa unidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Em seguida falou  
173 sobre a palestra do Pró-reitor de Administração e Finanças da Universidade Federal do Oeste da Bahia, na  
174 qual o pró-reitor expôs sobre o termo “nuclear” que significa dispor em núcleo, o núcleo era o ponto  
175 essencial. O Relator continuou sua apresentação e citou o exemplo do Hospital Veterinário, que apesar de  
176 estar no espaço urbano, tinha vários elementos que o identificavam com a área de agrárias. Por outro lado o  
177 biotério poderia ser locado no espaço rural, porém ser do núcleo da saúde. Disse que as unidades na verdade  
178 eram centros e prosseguiu com vários exemplos. Falou que ontem lhe foi apresentado um organograma onde  
179 mantinha a setorização, comentou que os secretários receberam portarias de agentes patrimoniais e  
180 questionou como esse teria controle do patrimônio de laboratórios, áreas experimentais ou do que estava no

181 espaço rural, não tinha o controle disso, então o relator prosseguiu com a explanação sobre setorização e  
182 nucleação. O Presidente disse que gostaria de fazer um esclarecimento de acordo com o estatuto da  
183 universidade sobre a constituição da Unidade Acadêmica: “§2º Se necessário, a Unidade Acadêmica poderá  
184 constituir Órgãos Complementares com atribuições técnicas, científicas ou culturais de apoio às suas  
185 atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e interação com a sociedade, cuja criação e estrutura deverá  
186 ser aprovada pelo Conselho Gestor da regional da UFG”. Disse que já na Unidade Acadêmica Especial não  
187 contemplava a inserção desses órgãos. O Hospital Veterinário dentro a unidade era um órgão complementar,  
188 então não era contemplado na Unidade Acadêmica Especial e o Hospital Veterinário era o responsável pelo  
189 envio de frequências e homologação de férias e isso já estava sendo organizado no sistema. O Presidente  
190 falou ainda sobre núcleo, que conforme consta no estatuto: “Parágrafo Único. A Unidade Acadêmica  
191 Especial poderá instituir Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão, como definido no art. 10”. O Prof.  
192 Américo Nunes da Silveira Neto disse que utilizou a palavra núcleo, quanto ao ato de nucleação. O Prof.  
193 Ricardo de Mattos Santa Rita disse que agora a questão era sobre o CEGEF (Centro de Gestão do Espaço  
194 Físico) e que a proposta do relator era de aprovação do CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) sem a  
195 fazenda e o transporte. Prosseguiu dizendo que precisavam de um tempo maior para avaliar a situação, assim  
196 pensando até em um desmembramento, pois tinha a particularidade de muitos órgãos, disse que via todos  
197 esses órgãos inclusive a fazenda como órgãos suplementares, disse que gostaria de votar a proposta do Prof.  
198 Américo Nunes da Silveira Neto. A Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Banys disse que ficou com uma dúvida em relação a  
199 proposta, então a fazenda ficaria na Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias e entraria no recurso  
200 da unidade, assim como o patrimônio e todas as responsabilidades ficariam a cargo da unidade. Disse que  
201 ficava preocupada, pois não participava do conselho da unidade, mas que não viu isso sendo discutido pelos  
202 cursos e sabia que não tinha recursos, disse que como viu no organograma a fazenda estava ligada ao Diretor  
203 Administrativo, essa era a proposta. O Prof. Américo Nunes da Silveira Neto disse que se a regional se  
204 tornasse universidade, de fato no conselho da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias a intenção  
205 era puxar a fazenda para eles e o recurso que iria para a regional, seria repassado para a unidade, pois no  
206 manual de atribuições estava claro que a fazenda estava no CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) e  
207 tinha que tirar isso. A Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Banys disse que sua dúvida era a seguinte, o relator disse que estava  
208 sobrecarregado por ter que ordenar o patrimônio da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias. O  
209 Presidente solicitou uma pausa para esclarecimentos, e informou que na dinâmica de hoje o Administrador  
210 Ricardo Porto Simões Mathias era fiscal dos contratos de segurança, vigias, encarregados de departamentos,  
211 então ele fiscalizava os contratos. O Administrador Massoiacy Pereira Marques era o fiscal dos contratos de  
212 campo, limpeza. O Assistente Administrativo Wendell Pereira da Silva era o fiscal dos contratos de  
213 motoristas e a gestão de todos esses contratos era realizada em Goiânia, o gestor estava lá. Continuou  
214 informando que para as áreas de plantio e produção animal foram instituídas duas comissões que possuíam o  
215 gestor responsável por área: Comitê Gestor da Área de Produção Vegetal do Setor de Áreas Experimentais e  
216 da Logística Agropecuária, com a seguinte formação: Prof. Dr. Hildeu Ferreira da Assunção (representante  
217 do Curso de Pós-Graduação em Agronomia), Prof. José Hortêncio Mota (representante da Direção), Prof.

218 Paulo César Timossi (representante do Curso de Graduação em Agronomia), Prof. Robson Shcaff Corrêa  
219 (representante do Curso de Graduação em Engenharia Florestal) e a Técnica em Agropecuária Vânia Klein  
220 (Gestora de Execução dos Serviços). O outro é o Comitê Gestor da Área de Produção Animal do Setor de  
221 Áreas Experimentais e da Logística Agropecuária, com a seguinte formação: Prof.<sup>a</sup> Ana Luísa Aguiar de  
222 Castro (representante do Curso de Zootecnia e Gestora de Execução dos Serviços), Prof. José Hortêncio  
223 Mota (representante da Direção), Prof. Rogério Elias Rabelo (representante do Curso de Medicina  
224 Veterinária) e o Prof. Vinício Araújo Nascimento (representante suplente do Curso de Zootecnia). Então, não  
225 era a Direção que deliberava sobre essas áreas eram as comissões. E assim a comissão da área de produção  
226 animal estava trabalhando na proposta de criação de setores, como um setor de agropecuária, assim como já  
227 trabalhavam com a comissão de paisagismo. Mas, quem providenciava a compra de peças e buscava a  
228 manutenção dos equipamentos da fazenda, maquinários era o Administrador Massoiacy Pereira Marques, ele  
229 era o fiscal do pessoal de campo e somavam-se aí os serviços urbanos, plantio e ainda a parte administrativa  
230 que ele coordenava. Agora os laboratórios, como o laboratório de pesquisas agrônômicas esses eram de  
231 responsabilidade da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias, assim como os laboratórios de exatas  
232 eram de responsabilidade da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Exatas. O Núcleo de Práticas  
233 Jurídicas (NPJ) era de responsabilidade da Unidade Acadêmica Especial de Estudos Sociais Aplicadas e  
234 assim os outros respectivos laboratórios e unidade acadêmicas especiais. Prosseguiu sua explicação dizendo  
235 que o que preocupava era que o estatuto não permitia a criação de uma prefeitura, então se criava o CEGEF  
236 (Centro de Gestão do Espaço Físico) e a proposta era em dar continuidade ao suporte nessa condição, assim  
237 como já existia o CERCOMP (Centro de Referência Computacional) e as Bibliotecas. O Prof. Giovanni  
238 Cavichioli Petrucelli lembrou que o pedido de vistas foi devido ao atropelo pela falta de tempo e como o  
239 Prof. Américo Nunes da Silveira Neto ele concordava que não caberia o transporte ali, mas quando o  
240 professor pediu vistas foi para conversar entre as unidades, mas se fizesse o desmembramento do transporte e  
241 da fazenda será que no futuro a estrutura seria essa? Hoje a estrutura era a mesma de Goiânia, então poderia  
242 supor que no futuro a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias se dividisse, pois no regimento de  
243 hoje estava de uma forma, mas quando houver o desmembramento o regimento será outro, não se sabia se  
244 daqui a dois anos existiria Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias ou Unidade Acadêmica  
245 Especial de Ciências Exatas, então tinham que pensar no futuro, mas não sabiam o que poderia ocorrer talvez  
246 amanhã o regimento permitisse, mas o máximo que poderiam deliberar era a criação do CEGEF (Centro de  
247 Gestão do Espaço Físico), com ou sem o transporte. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva disse que não conhecia o  
248 projeto, mas dependendo do que estivesse lá ela pediria vistas, pois falaram muito na Cidade Universitária,  
249 mas e o Câmpus Riachuelo? disse que esse era um espaço muito importante e de grande valor imobiliário,  
250 então tinha sua importância, assim como todos os espaços que conseguissem agregar à universidade. A título  
251 de esclarecimento sobre o questionamento da professora, o Presidente fez a leitura do que constava às linhas  
252 de número 155 (cento e cinquenta e cinco) a 158 (cento e cinquenta e oito) da ata aprovada na data de hoje:  
253 “que a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) era um órgão administrativo, de nível  
254 estratégico e com atuação técnica especializada, com objetivo de planejar, executar e controlar a manutenção

255 dos espaços físicos construídos ou não na Regional Jataí”. A Prof.<sup>a</sup> Cristiane Souza Borzuk disse que a  
256 questão do conselho consultivo atendia ao que ela havia pensado. Agora quanto aos nomes de quem ocuparia  
257 os cargos, isso poderia em algum momento ser mudado, não deveria constar no documento, talvez um  
258 material de divulgação resolvesse essa questão e ressaltou que precisavam muito dessas informações. A  
259 Professora prosseguiu dizendo que a criação do CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) já estava de  
260 alguma maneira posta no contexto da regional, mas o momento era instável e não se sabia o que seria daqui  
261 seis meses ou anos, então ela solicitou a possibilidade de criação de um documento que atendesse de maneira  
262 mais objetiva pensando nos setores que estavam sendo criados, que isso ocorresse com um pouco mais de  
263 calma. O Prof. Fernando Paranaíba Filgueira disse que na realidade houve uma necessidade imediata de  
264 regulamentar a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) e esse era um anseio de toda  
265 equipe, comentou que na reunião anterior ele disse e que repetia hoje que o documento foi elaborado por  
266 técnicos que já tinham toda essa dinâmica de trabalho com a Seccional do Centro de Gestão do Espaço  
267 Físico (CEGEF) e a ideia era que isso fosse aprovado para que o que já ocorria fosse regulamentado. Agora  
268 se isso continuaria na Universidade Federal de Jataí, isso seria definido mais à frente, hoje a regional  
269 funcionava dessa forma. Disse que como exemplo a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias  
270 imaginava que a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) funcionaria no galpão da  
271 agronomia, mas a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) já funcionava aqui na  
272 administração, o transporte tinha sua sala, apenas o Administrador Massoiacy Pereira Marques estava no  
273 galpão, quanto a preocupação do transporte ser alocado na Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico  
274 (CEGEF) isso era para garantir uma dinâmica atuante, mais funcional. Disse que houve mais uma mudança,  
275 o SIDS (Sistema de Distribuição de Salas) foi trazido para a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico  
276 (CEGEF), pois por envolver espaço físico, os problemas chegavam para o Vice-Diretor, então por isso havia  
277 uma ligação mais direta com a Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF). Prosseguiu  
278 falando sobre a parte que o Prof. Américo Nunes da Silveira Neto fez alteração, comentada pela Prof.<sup>a</sup> Vera  
279 Lúcia Banys, hoje a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias não teria como assumir a parte da  
280 fazenda, maquinário e recurso de campo. Hoje já tinham as comissões responsáveis pelos setores. Quanto ao  
281 nome DEPOU (Departamento de Operações Urbanas), poderia pensar em mudar esse nome caso necessário  
282 devido a emancipação e se isso ocorresse daqui a três meses, ótimo. Disse que esses eram os pontos a  
283 considerar e ressaltou que quanto a distinção de Câmpus Riachuelo ou Jatobá no manual, isso não ocorreu,  
284 pois conforme já esclarecido pelo Presidente constava Regional Jataí. Prosseguiu dizendo que quanto a  
285 gestão dos contratos, talvez isso ficasse melhor junto à Coordenação de Administração e Finanças (COAD),  
286 agora a fiscalização não seria alterada e hoje a gestão dos contratos ainda é realizada em Goiânia, a questão  
287 dos maquinários também permaneceriam dentro da Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico  
288 (CEGEF). O Prof. Américo Nunes da Silveira Neto disse que a Coordenação da Seccional do Centro de  
289 Gestão do Espaço Físico (CEGEF) poderia ser o Vice-Diretor, ou um servidor referendado pelo Diretor.  
290 Continuou sua fala dizendo que estava satisfeito com o que aconteceu e que sua sugestão era aprovar a  
291 Seccional do Centro de Gestão do Espaço Físico (CEGEF) retirando a fazenda e o transporte, comentou que



292 a discussão foi boa e que gostaria de discutir melhor a setorização, pensar melhor em uma proposta. O Prof.  
293 William Ferreira da Silva questionou sobre a retirada da fazenda e do transporte, retirava e para onde iria? A  
294 Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva pediu esclarecimentos sobre o processo, se houve o pedido de vistas. O  
295 Presidente disse que o processo foi retirado da pauta. Em seguida o Prof. Américo Nunes da Silveira Neto  
296 fez a leitura do relato na íntegra: “Fazendo um breve histórico, o Conselho Universitário da UFG em reunião  
297 plenária realizada no dia 24 de abril de 1998, aprovou a RESOLUÇÃO CONSUNI N° 001/98, que cria o  
298 CEGEF e extingue a Prefeitura Universitária e o Escritório Técnico Administrativo. Conforme Art. 2º desta  
299 Resolução - Parágrafo Único – São atribuições do CEGEF: a) O planejamento físico e os projetos dos  
300 edifícios e espaços externos; b) o projeto, a administração e a execução das obras e serviços de engenharia;  
301 c) a execução, a supervisão, o controle e a fiscalização da conservação, manutenção, limpeza e recuperação  
302 dos edifícios e de sua infraestrutura; d) a urbanização e manutenção dos espaços, acessos, parques e jardins e  
303 dos logradouros; e) a segurança patrimonial dos edifícios e seus espaços externos; f) a confecção,  
304 manutenção e recuperação de móveis, de componentes metálicos e de madeira; g) controlar e administrar os  
305 contratos, compras e pagamentos referentes às obras, materiais e serviços sob sua responsabilidade.  
306 Conforme Art. 3º desta Resolução - O CEGEF tem a seguinte estrutura organizacional: 1 - Direção geral; 2 -  
307 Conselho consultivo; 3 – Gerência de planejamento e projetos; 4 – Gerência de construção e manutenção; 5 –  
308 Gerência administrativa e financeira; 6 – Gerência de paisagismo; 7 – Gerência de serviços gerais.  
309 Fundamentado no Art. 3º desta Resolução percebe-se a ausência do Conselho Consultivo na estrutura  
310 organizacional do CEGEF seccional Jataí, conforme o que consta do processo 23070.011314/2016-63.  
311 Sugiro a colocação deste conselho consultivo na estrutura organizacional do CEGEF seccional Jataí, pois em  
312 razão de sua importância ele já existe na Regional Jataí há vários anos, porém como comissão do plano  
313 diretor da Cidade Universitária. Percebe-se na RESOLUÇÃO CONSUNI N° 001/98 que, o CEGEF foi  
314 criado para atuar nos espaços urbanos, por isto que na Regional Goiânia da UFG a gestão administrativa do  
315 espaço rural cabe as seguintes Unidades Acadêmicas: parte vegetal a Escola de Agronomia e Engenharia de  
316 Alimentos e parte animal a Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia. Conforme o que consta do processo  
317 23070.011314/2016-63, os desdobramentos da estrutura organizacional e das atribuições do CEGEF,  
318 seccional Jataí, impactam principalmente sobre a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias. Por  
319 isto, como Chefe da Unidade pedi vistas ao processo e coloquei para apreciação no Colegiado da CIAGRA  
320 em reunião ordinária 05 de setembro de 2016. Fundamentado na RESOLUÇÃO CONSUNI N° 001/98, o  
321 Colegiado da CIAGRA aprovou proposta de que, o Departamento de Transporte e a Fazenda Escola da  
322 Regional Jataí da UFG não devem fazer parte da estrutura organizacional do CEGEF, conforme o que consta  
323 do processo 23070.011314/2016-63, solicitando que esta proposta seja encaminhada para apreciação e  
324 aprovação pelo Conselho Gestor. Desta forma, segue anexo, proposta de estrutura organizacional  
325 (ORGANOGRAMA) e de atribuições do CEGEF seccional Jataí. Além disto, Certidão de Ata da reunião  
326 ordinária do Colegiado da CIAGRA realizada no dia 02 de setembro de 2016. O Colegiado da CIAGRA  
327 manifestou preocupação com a estrutura organizacional, conforme o que consta do processo  
328 23070.011314/2016-63, justificando que ela possibilita a formalização da posse do galpão de máquinas e

329 implementos agrícolas pelo CEGEF seccional Jatai com conseqüente descaracterização do prédio em razão  
330 de seu uso para outras atividades. Finalizando, o colegiado ressaltou a importância da preservação deste  
331 galpão como espaço rural, pois é desejo da Unidade de Agrárias assumir a gestão administrativa da Fazenda  
332 assim que ocorrer à emancipação da Regional Jatai por entender que Fazenda Escola é o laboratório a campo  
333 dos cursos de graduação e pós-graduação nas ações de ensino, pesquisa e extensão”. O Presidente comentou  
334 sobre a solicitação da Prof.<sup>a</sup> Cristiane Souza Borzuk, quanto a retirada dos nomes. O Prof. Carlos Augusto de  
335 Oliveira Diniz comentou que nesse caso bastava utilizar a impessoalidade. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva  
336 sugeriu que o Conselheiro relator fizesse a discussão nas outras unidades, pois o relator era do conselho, pois  
337 a Unidade Acadêmica Especial de Educação não foi procurada. O Prof. Giovanni Cavichioli Petrucelli disse  
338 que continuava a dúvida em relação para onde iria a fazenda e pediu esclarecimentos. O Prof. Américo  
339 Nunes da Silveira Neto fez uma explicação sobre o relato. O Presidente disse que essa discussão estava  
340 ocorrendo no Conselho Gestor e que seria apreciada no CONSUNI (Conselho Universitário), pois em  
341 consulta ele foi informado da necessidade dessa aprovação. Disse que o andamento do processo chegou a um  
342 ponto de discussão: Em que compreenderia a fazenda escola, somente áreas? Por isso, foi discutido ontem  
343 sobre a necessidade de um memorial descritivo, fisicamente o que se chamava de fazenda? Disse que quanto  
344 às áreas experimentais conseguiram avançar e essas discussões serviam até para orientar quem viesse depois  
345 para a gestão. O Prof. Fernando Paranaíba Filgueira disse que as outras unidades não estavam entendendo o  
346 que ocorreu, ele pediu para avançar não aprovando o relato e que fosse feito um ajuste final e repassado a  
347 todos os conselheiros para esclarecimento. A Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva disse que se enviasse esse relato  
348 da forma que estava, como falava somente de uma unidade e não falava das outras, então a colocação da  
349 certidão de ata somente da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias complicaria. O Prof. Marcos  
350 Wagner de Souza Ribeiro disse que sua preocupação era de que não tinham como criar todos os paralelismos,  
351 o próprio CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico) em Goiânia tinha vários outros setores dentro dele,  
352 lembrando que o transporte também era interno, a questão maior parecia ser a questão da fazenda, então não  
353 via como possível a aprovação desse relato como estava hoje, faltavam argumentos e informações suficientes  
354 para isso. Finalizou dizendo que seu encaminhamento seria para retornar para uma discussão mais  
355 aprofundada. Se tirar um departamento? Para onde iria? De outra forma não teria como discutir todo esse  
356 paralelismo. A Prof.<sup>a</sup> Cristiane Souza Borzuk disse que o relator entrou no objeto, mas teria que atender o  
357 objeto quanto ao relator, apareceu uma demanda da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Agrárias, então  
358 parecia uma demanda mais particular, um relato com mais imparcialidade e centrado talvez fosse mais  
359 adequado. Disse que a ideia do Prof. Fernando Paranaíba Filgueira de reorganizar e apresentar em outro  
360 momento era mais adequada. O Prof. Carlos Augusto de Oliveira Diniz disse que achava que o momento não  
361 era mais adequado e que concordava com a Prof.<sup>a</sup> Suely dos Santos Silva, pois isso poderia gerar uma  
362 responsabilidade administrativa para todos. O Prof. Américo Nunes da Silveira Neto disse que hoje a fazenda  
363 estava ligada à Direção e que ele não tirou da Seccional CEGEF (Centro de Gestão do Espaço Físico). O  
364 Prof. Fernando Paranaíba Filgueira pediu vistas do processo. **Quarto Ponto da Pauta: Outros Assuntos** – A  
365 Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Banyas lembrou aos conselheiros sobre a resolução de integração que será aprovada em

366 Goiânia e solicitou que quem tivesse sugestões que encaminhassem por e-mail, que ela as repassaria na  
367 reunião de segunda-feira. A Prof.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Benite Ribeiro comunicou que nos dias 5 (cinco) e 6  
368 (seis) de novembro as centrais de aulas serão utilizadas para a realização do ENEM (Exame Nacional do  
369 Ensino Médio) e durante todo o dia os prédios estarão interditados. Em seguida a professora solicitou aos  
370 professores que fossem à audiência, comentou que não poderiam suspender as aulas, mas que os professores  
371 levassem seus alunos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e declarou  
372 encerrada a reunião às 17:01 horas (Dezessete horas e um minuto), da qual, para constar, eu, Marinalva de  
373 Oliveira Teixeira, Secretária do Conselho Gestor, lavrei a presente ata que, lida e se achada em conforme,  
374 segue assinada pelo Presidente dos trabalhos e pelos conselheiros presentes à discussão e votação.....

375 Alessandro Martins \_\_\_\_\_

376 Américo Nunes da Silveira Neto \_\_\_\_\_

377 Cristiane Souza Borzuk \_\_\_\_\_

378 Carlos Augusto de Oliveira Diniz \_\_\_\_\_

379 Edésio Fialho dos Reis \_\_\_\_\_

380 Fernando Paranaíba Filgueira \_\_\_\_\_

381 Giovanni Cavichioli Petrucelli \_\_\_\_\_

382 Marcos Wagner de Souza Ribeiro \_\_\_\_\_

383 Massoiacy Pereira Marques \_\_\_\_\_

384 Paulo Roberto Rodrigues Meira \_\_\_\_\_

385 Ricardo de Mattos Santa Rita \_\_\_\_\_

386 Rosema Perpétua Lopes \_\_\_\_\_

387 Sandra Aparecida Benite Ribeiro \_\_\_\_\_

388 Suely dos Santos Silva \_\_\_\_\_

389 Vera Lúcia Banys \_\_\_\_\_

390 William Ferreira da Silva \_\_\_\_\_

391 Weuler Borges Santos \_\_\_\_\_

392 Marinalva de Oliveira Teixeira \_\_\_\_\_